

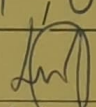


CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO - MG

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5/2021

Protocolo nº:	524/2021
Natureza:	Projeto
Data:	01, 07, 21
	
Assinatura	

Ementa: “Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Sião e dá outras providências”.

Autoria: Angélica Artuso de Souza e outros.

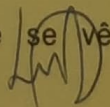
☒ **Aprovado**

☐ **Rejeitado**

☐ **Arquivado**

**Resolução nº
482/2021**

AUTUAÇÃO:

Aos 1 dias do mês de Julho de 2021, nesta cidade de Monte Sião, na Secretaria da Câmara, autuo o presente **Projeto** sob nº 512021, como adiante se vê. Do que constar, faço este termo. Eu, , o escrevi.



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5/2021



Câmara Municipal de Monte Sião-MG.

Protocolo Nº 524/2021

Data: 01/07/2021 Hora: 09:04:38

Natureza: Projeto

Aprovado por Unanimidade

Sala das Sessões 09/08/21

“Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Sião e dá outras providências”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, APROVA, E EU, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, que estabelece os princípios éticos, as normas de procedimento disciplinar e as penalidades cabíveis aos infratores.

Art. 2º A atividade parlamentar será norteadada pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da representatividade, da transparência, da função social da atividade parlamentar e da ética.

Art. 3º Decoro é o recato no comportamento que deve respeitar o acatamento das normas morais e os princípios da decência, da honradez e da dignidade; decoro parlamentar é a postura exigida de parlamentar no exercício de seu mandato, postura esta que deverá respeitar também todos os princípios do artigo anterior.

Art. 4º No exercício do seu mandato, o vereador atenderá às prescrições das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica do Município de Monte Sião, do Regimento



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



Interno da Câmara e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos e às penalidades neles estabelecidos.

Art. 5º Na sua atividade, o vereador presta serviço fundamental à manutenção das instituições democráticas, sendo-lhe devidas todas as informações necessárias à atividade parlamentar.

Art. 6º No exercício de suas atividades, o Parlamentar fica obrigado a agir de acordo com os ditames dos princípios da boa-fé e do decoro parlamentar.

TÍTULO II **DOS PRECEITOS ÉTICOS REFERENTES AO PODER LEGISLATIVO E AOS** **PARLAMENTARES**

CAPÍTULO I **Das prerrogativas do Poder Legislativo**

Art. 7º As prerrogativas resultam da garantia da independência do Poder Legislativo, sendo deferidas aos vereadores em função do mandato parlamentar.

Art. 8º Os vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, sendo incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 1º. Quando no uso da palavra, escrita ou falada, dentro ou fora do âmbito da Câmara Municipal, o vereador for a público fazer acusações de ilícitos praticados por qualquer agente político deverá solicitar a abertura de procedimento de investigação para apuração dos fatos, mediante provas documentais.

§ 2º. Entende-se por provas documentais os documentos materiais palpáveis, visíveis e identificados.

Art. 9º O Vereador acusado da prática de ato que ofenda a sua honorabilidade poderá requerer ao Presidente da Câmara que mande apurar a veracidade da arguição e, provada a improcedência, imponha ao Vereador ofensor a penalidade prevista neste Código de Ética.



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



CAPÍTULO II Dos Deveres dos Vereadores

Art. 10. São deveres do Vereador, além dos constantes na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno, importando o seu descumprimento em conduta incompatível com o decoro parlamentar:

- I- promover a defesa do interesse público, traduzindo, em cada ato, a afirmação e a ampliação da liberdade entre os cidadãos, a defesa da República e do Estado Democrático de Direito, das garantias individuais e dos Direitos Humanos, bem como lutar pela **promoção do bem-estar e pela redução das desigualdades sociais**;
- II- **zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal no município, cumprindo e fazendo cumprir as Leis, a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Minas Gerais, a Lei Orgânica do Município de Monte Sião e o Regimento Interno da Câmara**;
- III- exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular.
- IV- manter o decoro parlamentar e preservar a imagem da Câmara Municipal, pautando-se pela observância dos preceitos fixados neste Código.
- V- respeitar a propriedade intelectual das proposições;
- VI- contribuir para o bom andamento das sessões plenárias, fazendo uso da palavra no momento próprio, com respeito ao tempo concedido, à voz dos outros vereadores e às opiniões divergentes;
- VII- rejeitar vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesia de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas;
- VIII- exercer a atividade com zelo e probidade;
- IX- defender, com independência, os direitos e prerrogativas parlamentares e a reputação dos vereadores;
- X- recusar o patrocínio de proposições ilícitas;
- XI- **contribuir para a segurança no recinto da Câmara Municipal**;
- XII- denunciar qualquer infração a preceito deste Código;
- XIII- respeitar e fazer respeitar as diferenças, especialmente as de gênero, etnia, raça, crença religiosa, orientação sexual, convicções filosóficas, ideológica e política.
- XIV- denunciar, publicamente, as atitudes nocivas à afirmação da cidadania, o desperdício do dinheiro público, os privilégios injustificáveis e o corporativismo no âmbito da Administração Municipal.
- XV- expressar suas opiniões políticas de maneira a permitir que o debate público, no parlamento ou fora dele, supere progressivamente as unilateralidades dos diferentes pontos de vista e construa, em cada momento histórico, consensos fundados em procedimentos democráticos;
- XVI- abstrair seus próprios interesses eleitorais na tomada de posições individuais como representante legítimo dos munícipes;
- XVII- comparecer no dia, hora e local designados para a realização das reuniões da Câmara, oferecendo justificativa à Mesa em casos de não comparecimento;



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



XVIII- não se eximir de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato;

XIX- dar, nos prazos regimentais, informações, pareceres ou votos de que for incumbido, comparecendo e tomando parte nas reuniões da comissão a que pertencer;

XX- tratar respeitosamente a Mesa e os demais membros da Câmara.

CAPÍTULO III Das Vedações

Art. 11. É, expressamente, vedado ao vereador:

I- desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, função ou emprego, no âmbito da administração pública direta ou indireta, salvo mediante aprovação em concurso público e observando o disposto no art. 80, I, IV e V, da Lei Orgânica;

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea "a", salvo cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a";

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

§ 1º Consideram-se incluídas nas proibições previstas nas alíneas a e b, do inciso I, e alíneas a e c, do inciso II, para fins deste Código de Ética e Decoro Parlamentar, pessoas jurídicas de direito privado controladas pelo poder público.

§ 2º. A proibição constante da alínea a, do inciso II deste artigo compreende o vereador, seu cônjuge, companheira ou companheiro, parentes até o 3º grau, e pessoa jurídica controlada por eles, diretamente ou por substituto.



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



Art.12. É, também, vedado ao Vereador dar causa a abertura de procedimento, pela Comissão de Ética, sem fundamento.

CAPÍTULO IV

Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar

Art.13. Constituem faltas do vereador contra a ética e o decoro parlamentar, no exercício de seu mandato, além dos casos definidos na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno:

I- quanto às normas de conduta nas sessões de trabalho da Câmara:

- a) utilizar-se, em seus pronunciamentos, de palavras ou expressões incompatíveis com a dignidade do cargo;
- b) desacatar ou praticar ofensas físicas ou morais, bem como dirigir palavras contra a honra de seus pares, da Mesa Diretora, do Plenário ou das Comissões, ou a qualquer cidadão ou grupo de pessoas que assistam a sessões de trabalho da Câmara;
- c) prejudicar ou dificultar o acesso dos cidadãos a informações ou documentos de interesse público ou sobre os trabalhos da Câmara, salvos os casos protegidos por lei;
- d) desrespeitar a propriedade intelectual das proposições;
- e) atuar de forma negligente ou deixar de agir com diligência e probidade no desempenho de funções administrativas para as quais for designado, durante o mandato e em decorrência do mesmo;
- f) perturbar a boa ordem dos trabalhos em plenário ou nas demais atividades da Câmara;

II- quanto ao respeito à verdade:

- a) fraudar votações;
- b) deixar de zelar pela total transparência das decisões e atividades da Câmara ou dos vereadores no exercício dos seus mandatos;
- c) utilizar-se de subterfúgios para reter ou dissimular informações a que estiver legalmente obrigado, particularmente, na declaração de bens ou rendas;
- d) utilizar-se de meios de comunicação ou, ainda, durante suas falas em sessão de Câmara, para atingir, ilicitamente, a imagem e a honra de parlamentares e demais autoridades políticas municipais ou denegrir a imagem da Câmara Municipal;

III- quanto ao respeito aos recursos públicos:

- a) deixar de zelar, com responsabilidade, pela proteção e defesa do patrimônio e dos recursos públicos;
- b) pleitear ou usufruir favorecimentos ou vantagens pessoais ou eleitorais ilícitos, com recursos públicos, na forma orçamentária ou financeira;



Câmara Municipal de Monte Siao

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



- c) contribuir para criar ou ordenar aplicação indevida de recursos públicos;
- d) deixar de apresentar relatório de viagem que empreender a serviço da Câmara e a expensas da mesma.

IV- quanto ao uso do poder inerente ao mandato:

- a) obter favorecimento ou protecionismo na contratação de quaisquer serviços e obras com a Administração Pública por pessoas, empresas ou grupos econômicos;
- b) influenciar decisões do Executivo, da Administração da Câmara ou de outros setores da Administração Pública para obter vantagens ilícitas, sejam pecuniárias ou políticas, para si mesmo ou para pessoas de seu relacionamento pessoal ou político;
- c) condicionar sua tomada de posição ou seu voto, nas decisões da Câmara, a contrapartidas pecuniárias ou de quaisquer espécies, concedidas pelos interessados direta ou indiretamente na decisão;
- d) o abuso de prerrogativas asseguradas a membro da Câmara.

TÍTULO III **DAS PENALIDADES ÀS INFRAÇÕES, DA COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO E DO PROCESSO DISCIPLINAR**

CAPÍTULO I **Das Penalidades**

Art. 14. As penalidades aplicáveis às infrações a este Código de Ética e Decoro Parlamentar serão as seguintes, em ordem crescente de gravidade:

I- Medidas Disciplinares:

- a) censura pública verbal ou escrita;
- b) suspensão de prerrogativas regimentais, por prazo de 15 (quinze) a 60 (sessenta) dias;
- c) suspensão temporária do mandato, por prazo de 15 (quinze) a 60 (sessenta) dias, sem direito ao subsídio;

II- Sanções:

- a) destituição dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa e em Comissões;
- b) perda do mandato.



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



Art. 15. As penalidades serão aplicadas segundo a gravidade da infração cometida, observado o que determina a Lei Orgânica do Município, o Regimento Interno e os dispositivos deste Código de Ética e Decoro Parlamentar, garantida ampla defesa e o contraditório, bem como respeitado o devido processo legal.

Art. 16. A censura pública verbal será aplicada ao Vereador que deixar de observar dever contido no art. 10 deste Código, quando não for o caso de aplicação de medida ou sanção mais grave.

Art. 17. A censura pública escrita, bem como a suspensão de prerrogativas regimentais serão aplicadas, quando não couber penalidade mais grave, a vereador que:

- I- reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;
- II- praticar ato que infrinja o dever contido no inciso I, do art. 13, deste Código.

Art. 18. A suspensão temporária do mandato por prazo de 15 (quinze) a 60 (sessenta) dias será aplicada, quando não couber penalidade mais grave, a Vereador que:

- I- reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;
- II- praticar ato que infrinja dever contido nos incisos II ao IV do art. 13 deste Código.

Art. 19. A destituição dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa e em Comissões será aplicada a Vereador que reincidir nas hipóteses do artigo antecedente ou que infringir disposição contida no art. 12, deste Código, desde que não caiba penalidade mais grave.

Art. 20. A perda do mandato será aplicada a vereador:

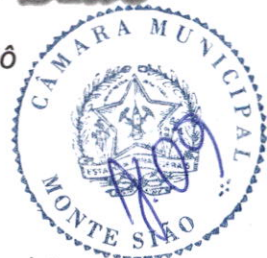
- I- que infringir quaisquer das proibições estabelecidas no art. 11, deste Código;
- II- que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara ou a cinco sessões extraordinárias regularmente convocadas mediante protocolo assinado pelo vereador, salvo nos seguintes casos:
 - a) licença;
 - b) motivo justificado aceito pela Mesa;
 - c) missão oficial autorizada pela Mesa;

- I- que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



- II- quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;
- III- que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;
- IV- que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.
- V- cujo procedimento for declarado de modo incompatível com o decoro parlamentar.

§ 1º Nos casos dos incisos I, V e VII deste artigo, a perda do mandato será decidida por voto aberto e maioria absoluta dos membros da Câmara, mediante provocação da Mesa da Câmara ou de partido político com representação na Casa Legislativa ou de qualquer vereador.

§ 2º Nos casos dos incisos II a IV e VI, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador, ou de partido político com representação na Casa Legislativa ou de qualquer vereador.

Art. 21. A denúncia ou representação, a instauração do processo disciplinar, o resultado do julgamento e a sanção aplicada deverão ser lidos em Plenário e publicados pela Mesa Diretora, bem como notificados ao partido político ao qual pertença o Vereador acusado ou punido.

CAPÍTULO II **Da Comissão de Ética**

Art. 22. A Comissão de Ética é o órgão responsável pela apuração das denúncias e representações contra vereadores que infringjam os preceitos ditados por este código.

§ 1º Não poderá ser membro da Comissão de Ética o vereador:

- I- submetido a processo disciplinar em curso, por ato atentatório ou incompatível com o decoro parlamentar;
- II- que tenha recebido, na legislatura, penalidade disciplinar de suspensão de prerrogativas regimentais, de suspensão temporária do exercício do mandato ou de destituição dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa e em Comissões, e da qual se tenha o competente registro nos anais ou arquivos da Casa.

§ 2º O recebimento de representação ou denúncia contra membro da Comissão de Ética, por infringência a preceitos estabelecidos neste Código, com prova inequívoca da verossimilhança do fato atribuído ao Vereador, constitui causa para seu imediato afastamento da função, por decisão da Comissão de Ética, devendo a medida perdurar até decisão final sobre o caso.



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



§ 3º Perderá o cargo ocupado na Comissão de Ética o Vereador que faltar a duas reuniões consecutivas da Comissão ou a três alternadas, sem justificativa admitida pelo seu presidente ou substituto.

§ 4º Caberá ao Presidente da Comissão ou ao seu substituto convocar o suplente, para assumir a função, no caso de falta ou impedimento do titular.

§ 5º As reuniões da Comissão serão convocadas pelo seu Presidente ou seu substituto com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, ou mediante convocação de dois terços dos membros efetivos que a compõem.

Art. 23. À Comissão de Ética compete:

I- zelar pela observância dos preceitos deste Código, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara Municipal de vereadores;

II- processar os representados ou denunciados nos casos e termos previstos neste Código, instaurando o processo disciplinar e procedendo a todos os atos necessários à sua instrução;

III- responder às consultas da Mesa, de comissões e de vereadores sobre matérias de sua competência;

Parágrafo único. A Comissão de Ética só deliberará com a presença da maioria dos seus membros, somente sendo aprovada a matéria que obtiver a maioria dos votos dos presentes.

Art. 24. A Comissão de Ética, caso entenda haver necessidade, elaborará regulamento específico para disciplinar o funcionamento e a organização de seus trabalhos e o submeterá à aprovação do Plenário na forma de Resolução.

Parágrafo único. Não sendo adotado regulamento próprio, a Comissão de Ética observará as disposições do Regimento Interno relativas ao funcionamento das comissões da Casa.

CAPÍTULO III **Do Processo Disciplinar**

Art. 25. Qualquer parlamentar, cidadão ou Partido Político com representação na Câmara Municipal pode representar ou denunciar perante a Comissão de Ética, formalmente e mediante protocolo, pelo descumprimento, por Vereador, de preceitos estabelecidos no Regimento Interno e neste Código, mediante identificação completa do representante ou denunciante e apresentação prévia de provas.



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



Parágrafo único. A Comissão de Ética poderá instaurar procedimento investigatório preliminar sumário, ao tomar conhecimento *ex officio*, por representação ou denúncia, de fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar.

Art. 26. Recebida a representação ou denúncia, o Presidente da Comissão de Ética determinará ao Relator que proceda às diligências necessárias para apuração dos fatos, podendo também indicar as diligências que justificar pertinentes.

Parágrafo único. Em caso de omissão deste Código, aplica-se subsidiariamente ao procedimento instituído por esta Resolução o Código de Processo Penal, quanto ao rito processual.

Art. 27. O representado ou denunciado poderá acompanhar todo o processo em seus termos, sendo-lhe facultado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa ou fazê-la pessoalmente, em todas as fases do processo, inclusive no Plenário da Câmara Municipal.

Art. 28. O Relator, que promoverá a apuração dos fatos, encaminhará cópia da representação ou denúncia ao Vereador acusado, notificando-o para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente defesa prévia escrita e especifique provas.

§ 1º. A defesa prévia é uma faculdade do representado e sua ausência será registrada no parecer final da Comissão de Ética.

§ 2º Apresentada a defesa, o Relator procederá às diligências e à instrução probatória necessárias, emitindo, no prazo de 15 (dias), prorrogáveis, justificadamente, por igual período, parecer fundamentado à Comissão de Ética.

§ 3º Em caso de ofensa entre Parlamentares, será adotado procedimento especial, cabendo ao Relator, ouvidos os envolvidos, buscar a composição entre as partes, homologando-a. Não se obtendo a composição, prosseguir-se-á com o procedimento comum.

Art. 29. A Comissão de Ética, analisando o parecer do Relator, concluirá, no prazo de 15 (quinze) dias, pela procedência ou não da representação ou denúncia.

Art. 30. Findo o procedimento, a Comissão de Ética encaminhará o parecer final à Mesa Diretora para a adoção das medidas cabíveis.

Art. 31. O parecer final deverá conter o nome do representado, a disposição sucinta da representação e da defesa e a indicação dos motivos de fato e de direito, concluindo-o:



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



I- pela procedência da representação ou denúncia com proposta de medida disciplinar ou sanção, indicando os artigos aplicáveis;

II- pela improcedência da representação ou denúncia, caso em que a Mesa, na primeira sessão ordinária após o recebimento do relatório, fará a leitura do mesmo, publicando-o em seguida.

§ 1º Na hipótese do inciso II deste artigo, caberá recurso, pelo interessado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da publicação do relatório, a ser apreciado pelo Plenário que deliberará, mantendo ou reformando o parecer final da Comissão de Ética.

§ 2º O recurso de que trata este artigo será apresentado, por petição fundamentada, ao Presidente da Câmara que o submeterá à apreciação do Plenário na primeira sessão seguinte à data de seu protocolo.

§ 3º O recurso não suspende os efeitos da decisão recorrida, podendo, no entanto, o Presidente da Câmara dispor em contrário em caso relevante.

§ 4º Decorrido o prazo para apresentação de recurso sem interposição do mesmo, a Mesa determinará o arquivamento da representação ou denúncia.

Art. 32. A Mesa, ao receber o parecer final da Comissão de Ética, nos termos do inciso I do artigo anterior, conclusivo pela sua procedência e passível de imputação de uma das penas do inciso I, do art. 14 deste Código, encaminhará, no prazo de 5 (cinco) dias, Projeto de Resolução a ser submetido à votação do Plenário, na primeira Sessão Ordinária seguinte ao término do prazo da Mesa, como primeiro item da Ordem do Dia.

Parágrafo único. Fica vedado o adiamento da votação da matéria, exigido, para sua aprovação, voto aberto e maioria absoluta.

Art. 33. A Mesa, ao receber o parecer final da Comissão de Ética, nos termos do art. 31, I, conclusivo pela sua procedência e passível de imputação de uma das penas previstas no inciso II, do art. 14 deste Código, encaminhará, no prazo de 5 (cinco) dias, Projeto de Resolução, a ser apreciado pelo Plenário, na primeira Sessão Ordinária seguinte ao término do prazo da Mesa, como primeiro item da Ordem do Dia, após o prazo aqui fixado.

Parágrafo único. Fica vedado o adiamento da votação da matéria, exigido, para sua aprovação, o voto aberto e maioria absoluta.

Art. 34. Da decisão do Plenário não caberá recurso.



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35. A Mesa da Câmara providenciará a publicação, nos meios que dispor, deste Código de Ética e Decoro Parlamentar, disponibilizando-o permanentemente para consulta no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Monte Sião.

Art. 36. Para se promover alteração no presente Código, os projetos de resolução seguirão as formalidades regimentais.

Art. 37. Nos casos omissos serão aplicados subsidiariamente o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião e a Lei Orgânica do Município de Monte Sião.

Art. 38. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01 de Julho de 2021.


ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA
VEREADORA


DÉCIO FRED
VEREADOR


HERCULES DIVINO DE FARIA
VEREADOR


PLATINI DOS SANTOS PEREIRA
VEREADOR



Câmara Municipal de Monte Sião

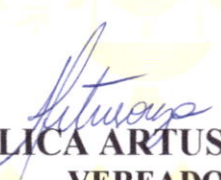
Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente Projeto de Resolução, tendo em vista que é comum dentro das Casas Legislativas, de todas as esferas da Federação, a criação de mecanismos legais com o fim orientar e normatizar o convívio parlamentar dentro da Casa de Leis. Uma Câmara Municipal sem seu Código de Ética mostra-se um campo aberto para o desrespeito, para a ofensa e para a diminuição da Câmara enquanto Instituição, espaço maior de Democracia no município. Justamente o que se espera alcançar com esta legislação é melhorar o convívio entre os pares, privilegiando o respeito e o diálogo entre todos, ganhando com isso a população de nossa cidade, que poderá ver nos vereadores dignos representantes da sociedade.

Sala das Sessões, em 01 de Julho de 2021.


ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA
VEREADORA


DÉCIO FRED
VEREADOR


HÉRCULES DIVINO DE FARIA
VEREADOR


PLATINI DOS SANTOS PEREIRA
VEREADOR



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



CONCLUSÃO

Aos 6 dia do mês de Julho de 2.021, os faço conclusos ao Sr. Presidente, e para constar lavrei este termo.

Eu _____

Assessoria Legislativa

Vistos etc...

Envie-se cópia para as comissões abaixo e à Assessoria Jurídica da Câmara.

- Justiça e Redação

Monte Sião, em 6 de Julho de 2.021.

ANTONIO OSVALDO INÁCIO
PRESIDENTE DA CÂMARA

Certifico e dou fé haver expedido o Projeto de Resolução nº 5/2021, para as comissões abaixo e para Assessoria Jurídica.

- ☐ Justiça e Redação
- ☐ Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa
- ☐ Educação, Cultura e Esportes
- ☐ Saúde e Assistência Social
- ☐ Turismo, Indústria e Comércio
- ☐ Meio Ambiente
- ☐ Obras Serviços Públicos e Outros

Para análises e o devido parecer.

Monte Sião, 6 de Julho de 2.021.

Assessoria Legislativa



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto: PR 512021

Data do Parecer: 04/08/2021

Hora: 20:20

Membros presentes na reunião:

() Platini dos Santos Pereira

(✓) Maurício Zucato Júnior

(X) Hércules Divino de Faria

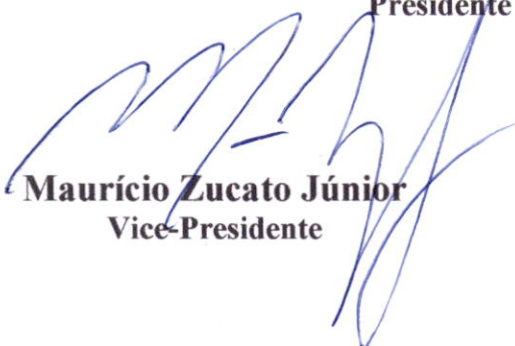
Deliberação:

(✓) Favorável

() Contrário

Observações:


Platini dos Santos Pereira
Presidente da Comissão


Maurício Zucato Júnior
Vice-Presidente


Hércules Divino de Faria
Relator



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer N° 2

Projeto de Resolução nº 5/2021 - “Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Sião e dá outras providências”.

Autor do Projeto: Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Hércules Divino de Faria, Platini dos Santos Pereira

Data: 04 de Agosto de 2021.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente o presente Projeto de Lei, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que o mesmo seja submetido à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Platini dos Santos Pereira
Presidente da Comissão

Ausente
Hércules Divino de Faria
Relator

Maurício Zucato Júnior
Vice-Presidente



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



Votação Única do Projeto de Resolução nº 5/2021 Reunião em 09/08/2021

Ementa: “Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Sião e dá outras providências”.

Entrada: 01/07/2021

Vereador	Favorável	Contrário	Abstenção
Angélica Artuso de Souza	X		
Antonio Osvaldo Inácio	Presidente		
Décio Fred	X		
Donizeti Benedito da Silva	X		
Gedielson Fernandes Maciel	X		
Hércules Divino de Faria	X		
Maurício Zucato Júnior	X		
Platini dos Santos Pereira	X		
Sérgio Ricardo de Freitas	X		
Total	8		



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



ASSESSORIA JURÍDICA CÂMARA

Parecer Nº 1

Projeto de Resolução nº 5/2021 - "Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Sião e dá outras providências".

Autor do Projeto: Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Hércules Divino de Faria, Platini dos Santos Pereira

Data: 12 de Julho de 2021.

Trata-se de Projeto de Resolução para instituição do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Sião.

Tendo em vista as regras e limites necessários ao bom convívio e andamento dos trabalhos internos, a iminente inauguração da nova Sede da Câmara Municipal de Monte Sião, as constantes discussões acerca de diversos temas na política brasileira, é extremamente necessário tal regulamentação como forma de assegurar o bom funcionamento dos trabalhos legislativos, bem como salvaguardar eventuais exageros por parte dos empossados em cargo legislativo.

O projeto tem permissivo legal em sua iniciativa, cabendo à Mesa Diretora (Art. 28, VII da Lei Orgânica Municipal), estando de acordo com a Constituição Federal e a legislação em vigor vigente.

Diante do exposto, "*data máxima vênia*", o parecer é favorável para que o Projeto de Lei seja apreciado e votado pelos Nobres Edis desta Casa de Leis.

Monte Sião, 12 de julho de 2021.

Patrícia de Godoi Salomão
Assessoria Jurídica
OAB/MG nº 182.291



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais

Projeto de Resolução Nº 5/2021



Lei : Nº 482/2021
Processo: 1/2054
Assunto : Diversos
Objeto : Diversos
Entrada : 01/07/2021
Autor : »»» Angélica Artuso de Souza
Décio Fred
Hércules Divino de Faria
Platini dos Santos Pereira

Situação: Projeto Promulgado

Ementa : "Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Sião e dá outras providências".

Data	Situação
01/07/2021	Entrada na Câmara
06/07/2021	Despacho da Mesa
06/07/2021	Enviado para Parecer Assessoria Jurídica Câmara
12/07/2021	Parecer Exarado Favorável Assessoria Jurídica Câmara
06/07/2021	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
04/08/2021	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Hércules Divino de Faria)
09/08/2021	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
09/08/2021	Votação Única - Favorável por Unanimidade. Votos: Favoráveis: [8]
09/08/2021	Encaminhado para Promulgação da Câmara
11/08/2021	Projeto Promulgado - Câmara